

política

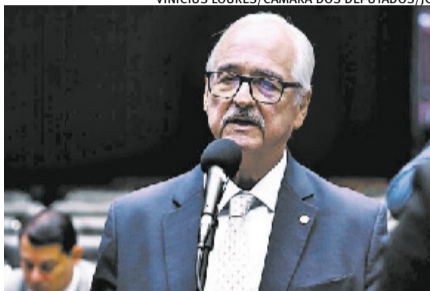


Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Saúde precisa sair da UTI

O deputado federal gaúcho Pedro Westphalen (PP, foto), disse à coluna **Repórter Brasília**, que “a saúde está precisando sair da UTI”. Alertou: “Temos muitas preocupações com a saúde. Temos que entender que o SUS (Sistema Único de Saúde) demonstrou a sua importância na pandemia, pela capilaridade que tem, é o maior plano de saúde do mundo, não tem outro igual, com a integralidade, a acessibilidade, a gratuidade, porém, existe um subfinanciamento do SUS, que foi feito em 1988 e precisa ser revisto”.



VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Rever o subfinanciamento do SUS

Na visão do congressista, que é médico, “esse subfinanciamento levou muitas instituições a fechar as suas portas ou se dividirem. Então, nós fomos rever esse subfinanciamento do SUS, rever e entender que vivemos um outro momento, de tecnologia, tecnologias avançadas; fazer com que essas tecnologias cheguem aos mais desvalidos também”.

Pacientes morrem na fila

Para o deputado Pedro Westphalen, da Frente Parlamentar da Saúde, “hoje, o grande problema do SUS são as filas de espera para consulta especializada em cirurgias. Então, esses pacientes muitas vezes morrem na fila; esse é um problema que tem que ser resolvido agora”.

Situação do agronegócio

No agronegócio, afirmou o progressista, “estamos agora com o projeto da securitização, e o senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP) tem um de securitização no Senado”. O deputado argumenta que, “de 2021 para cá, são cinco anos de safra frustrada; a gente quer fazer o que foi feito no começo dos anos 2000, aquela securitização que o produtor acabou de pagar agora. Essa securitização é feita com juros subsidiados, com alguns critérios”.

Juros subsidiados

O deputado explica que, “com os juros subsidiados, por exemplo, o Pronaf, que é para a agricultura familiar, teria os juros de 1% ao ano. O Pronamp, que é para o médio produtor, 2% ao ano, os demais produtores, 3% ao ano. Com gatilhos, daqui a cinco anos de uma seca, automaticamente aquele ano passa e pagar no fim do pagamento dos 23 anos de carência, é uma maneira de tornar viável o agronegócio, que quem segura o País é o agronegócio, não adianta”.

Fundo de Participação dos Municípios

Westphalen fala também da municipalização. Disse que “a partir desse ano vai ser pago 1% a mais do Fundo de Participação dos Municípios”. Lembra o congressista: “É uma emenda constitucional que surgiu fruto de um grupo de uma comissão especial que eu presidi, e o relator foi o deputado Júlio Cesar (PSD-PI), e que nós aprovamos então 1% a mais em setembro”. Isso, festeja o parlamentar, “significa entrar dinheiro nos 5 mil municípios, mais do que emenda; por exemplo, municípios com menos de 10 mil habitantes vão receber em torno de R\$ 600 mil esse ano, em setembro”.

Participação direta

“Quando aprovamos no passado, foi 0,25% no primeiro ano, em setembro; 0,25% no segundo, 0,5% no terceiro, e a partir desse ano é 1%. Todo mês de setembro entra 1%”, acentuou Pedro Westphalen. O parlamentar conclui: “Os três pontos importantes das três bandeiras que eu defendo têm participação direta nos temas realmente que resolvem a questão”.

Desenvolvimento do RS

Entrevista Especial

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2025, o deputado estadual Pepe Vargas (PT) destacou em seu discurso de posse, no dia 3 de fevereiro, o tema do desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental como um norteador das atividades de sua gestão. O parlamentar ressalta, nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, a perda de representatividade do RS na economia nacional ao longo dos anos e a relação disso com os eventos climáticos extremos, sob o argumento de que o Estado é o ente federado “onde mais as mudanças climáticas se fazem sentir”.

Pepe também traça elogios ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), sancionado neste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no qual os vetos do chefe do Executivo federal ao texto aprovado no Congresso Nacional foram alvos de críticas do governador gaúcho Eduardo Leite (PSDB). “O Propag é infinitamente melhor do que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF)”, sustenta o deputado sobre o projeto que deve ser amplamente debatido nos próximos meses na Assembleia Legislativa.

Jornal do Comércio - Por que o desenvolvimento sustentável do RS será prioridade da sua gestão, como afirmou na posse?

Pepe Vargas - Por duas razões. A primeira: o Rio Grande do Sul vem perdendo, ao longo dos anos, peso na economia nacional. Em 2002, éramos responsáveis por 6,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Em 2022, já tínhamos caído para 5,8%. Em 2023, 5,9%. Então nós baixamos de 6,6% para 5,9%. Se pegar o valor adicionado bruto da indústria e se pegar o valor adicionado da agropecuária, eles também são declinantes. Somos uma economia que está regredindo, apesar de ser muito dinâmica. Somos um polo industrial importantíssimo do Brasil, nós temos, sem sombra de dúvida, uma agropecuária bastante significativa e temos um setor de serviços muito significativo. Mas estamos regredindo no contexto nacional. Então, nós precisamos retomar um processo de crescimento.

Teríamos que já discutir, por si só, políticas públicas para retomar o crescimento. Fora isso, também temos um processo de transição demográfica muito significativo. Somos o estado da Federação onde a transição demográfica ocorre com maior rapidez; envelhecimento da população, redução da taxa de fecundidade e, conseqüentemente, redução da população. Aliás, o Rio Grande do Sul vai diminuir o número de deputados federais por conta disso. Mas uma população que não se reproduz, não aumenta ou não mantém a população, também significa um risco muito grande de perda de produtividade da economia. E somos o estado da Federação onde mais as mudanças climáticas se fazem sentir. O RS é o estado que mais sofre eventos climáticos extremos, e não é de agora. Agora eles foram mais intensos, porque, lamentavelmente, a cada ano que passa, esses eventos são mais intensos. Tivemos três anos seguidos de seca, um ano de enchente e agora novamente teve uma seca em algumas regiões do Estado. A mudança do clima chegou, chegou com força, e nos faz ter perdas significativas, porque tivemos perdas de vidas humanas, perdas econômicas. Se não fosse o vigoroso apoio do governo federal, não teríamos recuperado nossa economia até agora, e recuperamos.

JC - E como conciliar a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico?

Pepe - Tem que fazer uma transição energética e uma transformação ecológica dos sistemas produtivos, do ponto de vista mais geral. Bom, isso não é uma coisa que se faz de uma hora para a outra. O governo federal tem discutido políticas, e o governo do Estado também. O governo do Estado tem o Plano do Rio Grande, e o governo federal tem

lançado vários programas que ainda são iniciais. A pergunta é: como isso vai acontecer no nosso território? Como a sociedade gaúcha vai se apropriar de recursos que estarão disponíveis, e já estão disponíveis, de certa forma, no próximo período? Porque, seja o governo federal, sejam órgãos de financiamento internacionais, estão disponibilizando recursos para fazer essa transição. Temos que nos apropriar disso, temos que entrar nesse movimento. Fica evidente que quem não tiver performance ambiental no próximo período vai perder mercado. Nossa intenção é a partir desse debate com a sociedade, encaminhar propostas e sugestões ao governo federal e estadual a essas políticas que executam, e ver, eventualmente, também, naquilo que é a nossa missão legislativa, se tem algum projeto de lei que a própria Assembleia pode ter iniciativa para tentar contribuir com esse processo. Este é o nosso objetivo.

JC - Há conversas na Assembleia sobre a criação de uma comissão permanente exclusiva para a pauta do meio ambiente. Como tem acompanhado e qual sua opinião, como presidente?

Pepe - O Congresso Nacional tem comissão do meio ambiente, e todas as assembleias legislativas praticamente têm. Aqui no RS continua sendo Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Como a saúde é um tema sempre muito premente, o meio ambiente fica secundarizado. Sou totalmente favorável à criação de comissão. Para isso, precisa ter uma mudança no regimento interno, e aí alguns estão defendendo que seja uma comissão tipo a Comissão de Defesa do Consumidor, por exemplo. Só que ela não vota projetos de lei, não relata projetos de lei, é uma comissão de debates. Ela



“Fica evidente que quem não tiver performance ambiental vai perder mercado”